

**A. I. N°** - 2691810013/09-9  
**AUTUADO** - A M COMÉRCIO DE PRODUTOS ÓPTICOS LTDA.  
**AUTUANTE** - SIDNEI RIBEIRO ALBUQUERQUE  
**ORIGEM** - INFAZ SANTO AMARO  
**INTERNET** - 09.12.2009

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0386-02/09

**EMENTA:** ICMS. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. SIMBAHIA. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. **1)** MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. **a)** FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. **b)** RECOLHIMENTO A MENOS. Documentos juntados com a defesa comprovam recolhimento tempestivo de parte dos débitos. Infrações elididas parcialmente. **2.** ANTECIPAÇÃO PARCIAL. ENTRADAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. MERCADORIAS NÃO ENQUADRADAS NA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. **a)** FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. **b)** RECOLHIMENTO A MENOS. Infrações reconhecidas e pagas. **3.** SIMPLES NACIONAL. **a)** FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. **b)** RECOLHIMENTO A MENOS. Infrações reconhecidas e pagas. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 30/06/09, para lançar ICMS no total de R\$4.106,55, em decorrência do cometimento das seguintes infrações:

01. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, enquadradas no regime de substituição tributária, sendo lançado o valor de R\$ 2.707,48, acrescido da multa de 60%.
02. Recolheu a menos o ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, enquadradas no regime de substituição tributária, sendo lançado o valor de R\$402,91, acrescido da multa de 60%.
03. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de EPP, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, sendo lançado o valor de R\$441,22, acrescido da multa de 50%.
04. Recolheu a menos o ICMS antecipação parcial, na condição de EPP, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, sendo lançado o valor de R\$37,79, acrescido da multa de 50%.
05. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, sendo lançado o valor de R\$111,37, acrescido da multa de 50%.
06. Recolheu a menos o ICMS antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, sendo lançado o valor de R\$405,78, acrescido da multa de 50%.

O autuado na defesa apresentada, à fl. 43, alegando que dos valores levantados, já havia feito denúncia espontânea e recolhidos os valores consoante demonstrados abaixo:

Ocorrência	Vencimento	Valor Recolhido	Parcelamento
31/10/2005	25/11/2005	466,35	PAF-600000.0790/06-3
28/02/2007	25/03/2007	320,45	PAF-600000.2830/07-0
30/04/2007	25/05/2007	305,77	PAF-600000.2830/07-0

Diz que reconhece os demais valores constantes do Auto de Infração, abatidas as importâncias supracitadas, recolhidas antes da ação fiscal.

Finaliza pedindo que o Auto de Infração seja julgado improcedente em parte.

A autuante presta informação fiscal, às fls. 106 a 109, reproduz as descrições dos fatos e as razões defensivas, salientando que os valores já recolhidos alegados pelo autuado dizem respeito a Infração 01, em relação às outras infrações o autuado reconhece a dívida.

Esclarece que o processo nº 600000.0790/06-3 (cópia anexa) realmente se refere à infração 01, e não foi considerado no momento da apuração do valor devido, aduz que deve ser excluído da autuação o montante referente a data de ocorrência 31/10/2005, data de vencimento 25/11/2005 e valor do débito R\$465,03.

Afirma que o processo nº 600000.2830/07-0 (cópia anexa) se refere à infração de código 02.09.02 - Falta de Recolhimento - Pequeno Porte - Deixou de recolher o ICMS no(s) prazo(s) regulamentar(es), na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA) diferente da infração apurada, e que ao consultar a Denúncia Espontânea que gerou o referido PAF (fls. 103) constata-se que o contribuinte informa como descrição dos fatos "*débitos referentes a ICMS antecipação tributária produtos Anexo 88 RICMS*" tendo o cadastramento feito por funcionário da Sefaz no código de infração errado.

Conclui dizendo que devem ser excluídos da autuação os valores lançados no PAF nº 600000.2830/07-0 que são:

1. data de ocorrência 28/02/2007 - data de vencimento 25/03/2007 - valor principal R\$320,45;
2. data de ocorrência 30/04/2007 - data de vencimento 25/05/2007 - valor principal R\$305,77.

Pede a exclusão da Infração 01 das referidas importância que totalizam R\$1.091,25 e manutenção dos valores das demais infrações, passando o débito para R\$ 3.015,30, conforme demonstrativo fls. 109 do PAF.

## VOTO

O Auto de Infração foi lavrado para exigir ICMS relativo à falta de recolhimento e recolhimento a menos do imposto, por antecipação parcial e total, quando o contribuinte se encontrava inscrito na condição de empresa de pequeno porte, optante pelo SimBahia, no período lançado de 30/09/2005 a 30/06/2007 e pelo Simples Nacional, de 01/07/2007 a 31/12/2008.

Em sua peça defensiva o sujeito passivo reconheceu expressamente as exigências relativas às Infrações 02 à 06, pelo que as considero subsistentes em seu total, e parcialmente as da Infração 01, tendo inclusive parcelado os valores reconhecidos, fls. 113 e 114, contestou a outra parte desta nos valores de R\$ 465,03, R\$320,45 e R\$305,77 com datas de ocorrências em 31/10/2005, 28/02/2007 e 30/04/2007 respectivamente, arguindo que tais valores já haviam sido objeto de parcelamento, antes do início da ação fiscal que resultou na lavratura do presente Auto de Infração.

O autuante verificou que os recolhimentos alegados pelo contribuinte dizem respeito, realmente à Infração 01 e concluiu que tais importâncias haviam sido efetivamente parceladas, sugerindo

por este motivo a exclusão dos seus valores, consoante descritos acima, do montante do auto de Infração.

Examinando as peças processuais, verifico que o sujeito passivo formalizou pedido de parcelamento através dos processos n.ºs. 600000.0790/06-3 e 600000.2830/07-0, das importâncias mencionadas acima, contestadas na defesa, tendo inclusive quitado os seus valores, conforme documentos às fls.103 e 104 do PAF.

Portanto, ficam excluídas as importâncias especificadas acima, no total de R\$ 1.091,25 (465,03 + 320,45 + 305,77) parceladas antes do início deste procedimento fiscal, reduzindo o total do crédito tributário de R\$ 4.106,55 para o montante de R\$3.015,30, (4.106,55 – 1.091,25), demonstrado analiticamente na planilha elaborada pelo autuante, à fl. 109. Constan dos autos, comprovantes de parcelamento do valor reconhecido, às fls. 113 e 114.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores pagos.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **2691810013/09-9**, lavrado contra **A M COMÉRCIO DE PRODUTOS ÓPTICOS LTDA.** devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.015,30**, acrescido da multa de 50% sobre R\$996,16, e de 60% sobre R\$ 2.019,14, previstas no art. 42, I, “b”, I e II “d” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de novembro de 2009.

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA - RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR